

DIREITO AO PRÓPRIO CORPO: RELAÇÃO ENTRE A PROSTITUIÇÃO, O CAPITALISMO E A SUSTENTAÇÃO DO PATRIARCADO

Sheren Cristina Paisca Ferri (PIC/UEM), Crishna Mirella de Andrade Correa (Orientadora). E-mail: cmacorrea@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,
Departamento de Direito Público, Maringá-PR.

Direito, Direitos Especiais, Política e Estado: o Poder e o Direito.

Palavras-chave: Prostituição; Colonialismo; Feminismo Materialista.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a prostituição como fenômeno estrutural resultante da convergência entre patriarcado, capitalismo e herança colonial, com foco central na exploração dos corpos femininos. Seu objetivo foi demonstrar como essas estruturas perpetuam desigualdades de gênero, classe e raça, levando mulheres – especialmente negras e pobres – à marginalização. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica, com revisão de obras teóricas e históricas, além de análise de dados estatísticos, utilizando o referencial teórico marxista e feminista de autores como Engels, Federici, Saffioti, Kollontai e Gonzalez para compreender as dinâmicas históricas e sociais que sustentam essa prática. Os resultados confirmam que a prostituição é uma consequência da opressão sistêmica, e não uma escolha individual ou mero desvio. Conclui-se que sua superação exige políticas de emancipação econômica, educação antirracista e transformação cultural, priorizando a autonomia das mulheres e o enfrentamento das raízes estruturais que mercantilizam seus corpos.

INTRODUÇÃO

O termo “prostituição”, derivado do latim *prostituere* (“colocar diante, à frente, expor aos olhos”), refere-se à troca de favores sexuais por algo, seja bens materiais, como dinheiro ou favores. Historicamente, essa prática tem sido destinada às mulheres, com sua representação social variando conforme a época e a cultura. Na Antiguidade, como nas civilizações da Mesopotâmia, Egito e Grécia, a prostituição era integrada à vida social, por vezes regulamentada pelo Estado e até vinculada a divindades. Contudo, com a Reforma Religiosa do século XVI, a Igreja Católica impôs uma moral mais rigorosa, associando o sexo ao pecado e levando a

prostituição à ilegalidade, embora a prática persistisse marginalmente. A Revolução Industrial e o avanço do capitalismo acentuaram a exploração, inserindo mulheres no mercado de trabalho em condições desiguais, o que fez da prostituição uma forma de sobrevivência. Em contraste, a Revolução Russa e a experiência socialista na URSS buscaram combater a prostituição, atacando suas raízes na desigualdade social e priorizando o bem-estar das mulheres trabalhadoras (KOLLONTAI, 1921). Atualmente, a prostituição é frequentemente percebida como uma “escolha” ou “profissão”, mas a história revela que ela é, em grande parte, uma consequência de uma sociedade desigual, misógina e sexista. Diante disso, este trabalho propõe uma análise crítica do modelo patriarcal e capitalista vigente, que perpetua a exploração de corpos marginalizados, e explora a realidade da América Latina, com foco no Brasil, para identificar estratégias de mitigação e promoção da emancipação humana. O objetivo central é analisar criticamente o papel da mulher na sociedade, a marginalização e a mercantilização dos corpos femininos no capitalismo, e como isso sustenta o patriarcado, impactando as relações sociais e a imagem dos corpos femininos, com especial atenção ao contexto brasileiro. Os objetivos específicos incluem investigar a evolução histórica da prostituição, compreender suas ligações com gênero, classe e raça, e criticar a manutenção do machismo pelo patriarcado e sua relação com o capitalismo. Busca-se, ainda, demonstrar as consequências sociais da prostituição, estudar como regimes socialistas a abordaram e propor maneiras de combatê-la, priorizando o direito e a autonomia das mulheres.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental. Foram revisadas obras fundamentais da teoria marxista e feminista, além de estudos históricos e sociológicos sobre prostituição, patriarcado e capitalismo. A análise incluiu documentos legais, dados estatísticos indiretos e publicações acadêmicas que abordam a interseccionalidade de gênero, raça e classe. O método dialético foi empregado para articular a crítica às estruturas opressoras e propor alternativas de emancipação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstra que a prostituição constitui um produto histórico da dominação patriarcal - que controla a sexualidade e reprodução feminina - articulada à lógica capitalista de mercantilização dos corpos, exacerbada pela herança colonial brasileira. Consolidado há cerca de seis milênios com o advento da agricultura e propriedade privada, o patriarcado confinou mulheres ao espaço doméstico e à

dependência econômica (SAFFIOTI, 1987), legitimado por instituições religiosas que associam o feminino ao pecado (FEDERICI, 2021) e pela monogamia desigual que institucionalizou a opressão sexual (ENGELS, 1884). Esta opressão mostra-se interseccional, pois conforme demonstrado, mulheres negras enfrentaram camadas adicionais de exploração, sendo instrumentalizadas como força de trabalho e objeto sexual durante a escravidão, onde se perpetuou o estereótipo da "mulata sensual" como símbolo de uma exploração sexual mascarada de democracia racial (DAVIS, 1981; GONZALEZ, 2020; SAFFIOTI, 1987). Teóricos marxistas e feministas argumentam que a superação da prostituição exige transformação das bases materiais que mercantilizam corpos, como demonstra a experiência soviética com suas conquistas (socialização do trabalho doméstico, emprego) e limites (escassez de recursos) (GOLDMAN, 2014; KOLLONTAI, 1921). No Brasil, a prostituição é herança colonial e escravocrata, que permanece estigmatizada e invisibilizada nas políticas públicas, refletindo dupla moral sexual e falta de alternativas econômicas para mulheres vulneráveis. A resistência organizada das trabalhadoras sexuais - da Revolta das Prostitutas (1979) à atuação na prevenção do HIV/AIDS - reivindica descriminalização e reconhecimento como trabalho, enquanto estratégias de enfrentamento devem priorizar autonomia econômica, educação antirracista e combate à demanda masculina, visando a erradicação das estruturas que perpetuam a mercantilização dos corpos femininos.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a prostituição constitui uma expressão da violência estrutural contra as mulheres, longe de ser uma "escolha livre", mas sim um fenômeno profundamente enraizado nas desigualdades de gênero, classe e raça, sustentado pela tríade patriarcado-capitalismo-racismo e pela herança colonial. Este projeto evidenciou que a mercantilização dos corpos femininos é resultado direto de um sistema que historicamente subjuga as mulheres, transformando-as em objetos de prazer e exploração, não se tratando de um desvio individual, mas sim de uma consequência da falta de oportunidades, da violência sistêmica e da naturalização da dominação masculina. Sua superação exige, portanto, não a criminalização das mulheres, mas a transformação radical das condições materiais que as levam a essa prática. Políticas públicas devem garantir autonomia econômica, educação emancipatória, saúde integral e combate interseccional às opressões. A experiência histórica demonstra que apenas com a erradicação das desigualdades fundamentais será possível construir uma sociedade onde nenhuma mulher precise vender seu corpo para sobreviver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá pelo apoio institucional, ao Programa de Iniciação Científica (PIC) e à minha orientadora Professora Crishna Mirella de Andrade Correa pelo apoio financeiro e estrutura para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 1980.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e revolução**: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo; ISKRA, 2014.

KOLLONTAI, A. **A prostituição e as maneiras de combatê-la**. 1921.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.